# Editorial



As escolas de governo foram constitucionalizadas por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, atribuindo-lhes a responsabilidade de promover a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, cuja participação em cursos tornou-se um dos requisitos para a promoção na carreira. A partir dessa inovação no texto constitucional, a qualificação profissional passou a ser um direito de todo servidor público. Essa qualificação deve ser concebida não apenas no que tange ao desenvolvimento de suas competências e habilidades operacionais no cumprimento de suas tarefas diárias, mas igualmente em sua capacidade reflexiva e de produção de conhecimento sistematizado a partir da combinação de sua prática com as pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico. Nesse sentido, as escolas de governo devem não apenas oferecer os cursos e as demais atividades que permitam capacitar o servidor para o desempenho de suas atribuições que garantem o funcionamento da administração pública, mas também ser espaço de reflexão, de produção e circulação do conhecimento sistemático que permitam o aperfeiçoamento das instituições públicas. É nessa perspectiva que editamos mais um número dos Cadernos da Escola do Legislativo.

O primeiro artigo desta edição, intitulado **Deliberação, representação e desigualdade política**, de autoria de Bruno Reis e Natália Bueno, merece um esclarecimento especial, porque sua publicação decorre de um convite que este editor fez aos autores para que publicassem o referido trabalho neste periódico. O artigo em questão foi apresentado no III

Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política, que aconteceu em Campinas (SP), em setembro de 2006, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política, e consta dos anais do evento. Embora os trabalhos apresentados em encontros acadêmicos sejam publicados em periódicos científicos depois de incorporar as críticas que foram formuladas no evento, isto não aconteceu com esse texto, que não ganhou, assim, a devida visibilidade. Com o passar do tempo, os ajustes pontuais que os autores gostariam de fazer no trabalho cresceram, deixaram de ser pontuais, porque o debate avançou, novos textos sobre o tema foram publicados e os próprios autores incorporaram outros elementos em suas análises sobre o tema. Reconheceram, contudo, a conveniência de ampliar o acesso do público ao referido trabalho, embora não tenham, no momento, condições de atualizá-lo em virtude de suas respectivas agendas de pesquisa. Neste contexto, este editor deixou de submeter, em caráter excepcional, o trabalho a parecerista, já que os autores aceitaram o convite de publicar o trabalho tal como apresentado no mencionado evento. Vale esclarecer que a adoção dessa medida decorre da convicção de que o texto dialoga com os desafios postos às casas legislativas, que tem a pretensão de abrir suas portas para que a sociedade possa participar dos debates que ocupam a agenda legislativa. Assim, o texto é muito oportuno para quem pretende equacionar os mecanismos de deliberação em instituições que expressam a representação política, em um quadro de acentuada desigualdade política.

Igualmente importante para o aperfeiçoamento dos parlamentos brasileiros, nos três níveis da federação, é o tema do segundo artigo desta edição, intitulado **Gestão do conhecimento, distribuição de poder, estruturas organizacionais: implicações para as instituições legislativas**. O autor, Nilson Rodrigues de Assis, é servidor da Câmara dos Deputados, de forma que sua pesquisa é exemplo de reflexão sistemática baseada tanto na vivência profissional quanto em trabalho acadêmico, que importa em diálogo com a literatura científica pertinente ao tema. No levantamento dessa literatura, o autor aponta que são incipientes os estudos sobre gestão do conhecimento nas casas legislativas, mas revela também que reconhecidas instituições internacionais que congregam parlamentos, como a Inter-Parlamentary Union, já atentaram para a importância da gestão do conhecimento. Não poderia ser diferente, porque as funções do Poder Legislativo estão

fortemente baseadas na informação e no conhecimento. A atividade fiscalizadora, por exemplo, pode ser compreendida, em sua essência, como uma busca por informações que permitam aos agentes políticos e à sociedade saber o que efetivamente se passa na administração pública. A produção da legislação, por sua vez, exige cada vez mais o respaldo em informações e em conhecimento especializado. Assim, a gestão adequada do conhecimento é fundamental para que o Poder Legislativo exerça de forma adequada suas funções. O texto em exame provoca uma importante reflexão sobre a relação da gestão do conhecimento com as estruturas organizacionais dentro das instituições legislativas.

Felipe Lima Eduardo, autor do artigo **A força dos candidatos à reeleição e o desempenho dos desafiantes**, utiliza os dados das eleições federais e estaduais de 2010 em Minas Gerais para examinar o grau de competitividade entre os pretendentes aos cargos eletivos, demonstrando que os candidatos à reeleição obtiveram melhores resultados no pleito, seguido dos que já ocuparam cargos públicos, em detrimento dos candidatos novatos. Dessa forma, o trabalho desvela a distância entre a realidade do sistema eleitoral brasileiro e o que se espera desse sistema como elemento-chave na ordem democrática, que pressupõe concorrência entre os candidatos aos cargos eletivos.

Ações da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) são, mais uma vez, submetidas ao olhar clínico da pesquisa acadêmica no trabalho de autoria de Bráulio Quirino Siffert e Simone Cristina Dufloth, que examinaram **aspectos técnicos e políticos da organização e realização da campanha Assine + Saúde.** A ALMG, em parceria com diversas instituições, organizou uma campanha para colher assinatura de cidadãos para apresentação de projeto de lei no Congresso Nacional, visando garantir que a União se comprometa a investir 10% de sua receita bruta anual em ações e serviços de saúde pública. É interessante examinar uma situação em que a Assembleia Legislativa, que, como regra, administra as demandas pela aprovação de proposições legislativas, coloca-se como ator que pretende influenciar o legislador federal para que aprecie e coloque em votação determinado projeto de lei. Ainda que não tenha obtido êxito mediante a aprovação desse projeto, a campanha teve o mérito de chamar a atenção para a necessidade de uma presença mais efetiva da União no financiamento das políticas de saúde.

O quinto artigo desta edição, de autoria de Ana Carolina de Oliveira e Simone Cristina Dufloth, mais uma vez traz à tona o tema da informação, ao examinar, em pesquisa de natureza exploratória, como **beneficiários têm conhecimento sobre os benefícios de prestação continuada**. A pesquisa tem especial interesse para o Estado e, em especial, para as casas legislativas, uma vez que o legislador tem sempre a expectativa de que as normas aprovadas produzam seus efeitos na realidade. Uma das condições para que a norma jurídica ganhe efetividade reside na adequada comunicação de seu conteúdo para o público interessado, uma vez que não basta a sua publicação no *Diário Oficial* ou a disponibilidade do texto normativo na internet. É preciso traçar diferentes estratégias para que o público-alvo da norma conheça os seus direitos e saiba como defendê-los.

O último texto desta edição, da lavra de Wladimir Rodrigues Dias, discute aspectos do **sistema jurídico na sociologia de Niklas Luhmann**. A obra desse sociólogo alemão é uma contribuição importante para a compreensão da relação de diferentes sistemas sociais – o direito, a economia, a política –, permitindo uma visão abrangente de toda realidade social. Não obstante, a teoria luhmaniana é hermética e densa, de difícil compreensão para os que buscam os primeiros contatos com a obra desse sociólogo. O trabalho que ora integra esta edição busca facilitar esse contato, ao apresentar, de forma introdutória e descritiva, as categorias centrais da teoria de Luhmann.

Os trabalhos que compõem esta edição estão condizentes com a linha editorial desta publicação, que se propõe a ser um espaço de divulgação de reflexões sistemáticas que contribuam para o aperfeiçoamento das instituições públicas, em especial das casas legislativas. Desejamos aos interessados uma boa leitura.

Guilherme Wagner Ribeiro
**Editor**